

## TRABALHO, GÊNERO E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

**Terezinha Moreira Lima<sup>1</sup>**

**Helena Hirata<sup>2</sup>**

**Claudia Mazzei Nogueira<sup>3</sup>**

**Vera Lúcia Batista Gomes<sup>4</sup>**

### RESUMO

São destacadas neste texto reflexões e contribuições das autoras em relação a pesquisas realizadas e em andamento sobre a análise do trabalho e da divisão social e sexual do trabalho face aos processos de reestruturação produtiva, desencadeados nas últimas décadas do século XX e que se reproduzem na atual conjuntura, com sérias conseqüências para a classe trabalhadora sob o capitalismo, destacando-se a situação e inserção das mulheres no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho, Gênero, Desenvolvimento.

### 1 INTRODUÇÃO

Nos estudos comparativos de países europeus e a realidade brasileira os efeitos combinados das divisões social, sexual e internacional do trabalho colocam a mulher brasileira em maior desvantagem. Ela é confinada ao mais baixo nível de trabalho e sofre uma diferenciação maior de salários em relação aos salários franceses, por exemplo. Sua desvantagem não pode ser totalmente atribuída às diferenças de idade e de tempo de serviço e certamente não se deve a uma menor habilidade no trabalho.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP; professora da UEMA, coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional/UEMA, membro do GERAMUS, colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, pesquisadora do CNPq, [tmlima@elo.com.br](mailto:tmlima@elo.com.br).

<sup>2</sup> Socióloga doutora em Sociologia; pesquisadora do Genre et Rapports Sociaux (GERS) do Centre National de la Recherche Scientifique, na França. [helena.hirata@gtm.cnrs.fr](mailto:helena.hirata@gtm.cnrs.fr).

<sup>3</sup> Assistente Social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP; professora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e coordenadora do Núcleo de Estudos Trabalho e Gênero – NETeG. [mazzeinogueira@uol.com.br](mailto:mazzeinogueira@uol.com.br).

<sup>4</sup> Assistente Social, doutora em Sociologia pela Université de Picardie Jles Verne-Amines-France; professora do Curso de Graduação em Serviço Social e do Mestrado em Serviço Social da UFPA; pesquisadora sobre a temática Trabalho com projeto aprovado pela CAPES. [veragomesbelem@hotmail.com](mailto:veragomesbelem@hotmail.com).

É claro que um modelo explicativo da internacionalização da produção que coloque toda a ênfase nas diferenças salariais sacrificaria muitos outros fatores explicativos significativos como, por exemplo, as formas do desenvolvimento, os processos de reestruturação do capitalismo, as novas tecnologias, o emprego e a qualificação.

Uma das questões mais importantes que se mantém é de como compatibilizar o acesso ao trabalho pelas mulheres, que por certo faz parte do processo de emancipação feminina, com a eliminação das desigualdades existentes na divisão sexual do trabalho, já que essa situação de desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras atende aos interesses do capital.

É fato que a nova fase do capitalismo corresponde a novas possibilidades para o desenvolvimento regional exigindo-se a redefinição das instituições estatais em termos de organização, respeitando-se as experiências das classes trabalhadoras na construção de alternativas face às exigências da reestruturação produtiva e pelo controle dos usos do território. Desta forma, originam-se e são recriados padrões de cooperação do trabalho reconhecendo-se o potencial das dinâmicas regional e territorial como instrumento de emancipação capaz de gerar novas alternativas e padrões de desenvolvimento através do poder associativo e cooperativo e da articulação coletiva. As mulheres participam dessas iniciativas, que nem sempre são consideradas efetivas e duradouras cumprindo um papel de funcionalidade ao incorporar trabalhadores excluídos pela crise do capital.

Outros exemplos mostram experiências voltadas para a economia solidária, social ou popular como uma política de desenvolvimento que tenha em vista a emancipação e a sustentabilidade de tais empreendimentos. É o caso do reconhecimento do trabalho das mulheres no Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) que surge após intensa mobilização e luta pela garantia do acesso à exploração dos recursos naturais nas áreas dos babaçuais nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Nestes estados, as áreas dos babaçuais correspondem a 18 milhões de hectares e sofrem os impactos ambientais e sociais causados pela ação das guzeiras, pelo cultivo da soja, eucalipto e cana de açúcar e pela atividade pecuária. Verifica-se que as mulheres inseridas na cadeia produtiva do babaçu no Maranhão lutam para garantir o direito de trabalhar nos babaçuais, ao mesmo tempo em que constroem estratégias contra a devastação

ambiental, como o reconhecimento da Lei do Babaçu Livre que já se encontra regulamentada em vários municípios.

Finalmente, destaca-se o trabalho das mulheres nas cooperativas e associações na região metropolitana de Belém no Pará, cujo estudo permitiu inferir que mesmo com as dificuldades encontradas pelas mulheres pesquisadas para se (re) inserirem no mercado de trabalho formal, as mesmas procuraram outra forma de trabalho – o trabalho cooperativado apesar da infra-estrutura existente não favorecer condições satisfatórias, as mulheres se submetem às formas precárias de trabalho.

O presente artigo originou-se das reflexões elaboradas pelas autoras, apresentadas na mesa temática de igual título, por ocasião da III Jornada Internacional de Políticas Públicas, acerca de pesquisas realizadas e ainda em andamento sobre a questão do trabalho na atualidade e da divisão social e sexual do trabalho, considerando-se os processos de reestruturação do capitalismo que, historicamente, são desencadeados com sérios rebatimentos sobre a questão de gênero e da inserção das mulheres no mundo do trabalho.

## **2 CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE**

### **2.1 Novas tecnologias e divisão sexual do trabalho**

Quase todas as pesquisas sobre a questão não levam em conta o fato de estar tratando de uma população masculina ou de uma população feminina. São trabalhos *gender-blinded*, ou seja, que não consideram a dimensão do sexo, ou do gênero. Da mesma maneira, as pesquisas baseadas na formação ligada às novas tecnologias praticamente jamais se referem ao sexo dos trabalhadores atingidos pela formação e, em todo caso, as conclusões são enunciadas em relação a um conjunto de trabalhadores sem distinção de sexo. Os poucos estudos que se baseiam na divisão sexual dos processos de formação para as novas tecnologias mostram até que ponto essa generalização pode induzir ao erro.

Quanto à dimensão diacrônica, os movimentos de feminização ou de masculinização das tarefas, que vieram com as mudanças tecnológicas, variam no espaço e no tempo. Essa variabilidade coexiste com a reprodução da divisão sexual do trabalho: na verdade, as fronteiras se deslocam, mas a divisão do trabalho se mantém.

As novas tecnologias tendem a reforçar a marginalidade das mulheres e constituem um perigo principalmente para as mulheres não-qualificadas. Na realidade, são os postos não-qualificados que desaparecem, e são também postos que implicam tarefas repetitivas que, com as mudanças tecnológicas, continuam disponíveis para as mulheres. É um exemplo o caso da indústria plástica, com bastante mão-de-obra feminina, e os postos que ela reserva para as mulheres em um país como o Brasil.

## **2.2 A divisão sexual do trabalho caminhando para a igualdade?**

As relações sociais de gênero, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas e contraditórias, seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina, expressam a articulação fundamental da produção/reprodução. O primado econômico de exploração e a opressão/dominação de gênero confirmam a nossa opção de trabalharmos, baseados na divisão sexual do trabalho nos espaços produtivo e reprodutivo, pois, dessa forma, temos a oportunidade de salientar a importância do estudo do trabalho na esfera reprodutiva e sua intersecção com o trabalho assalariado na esfera produtiva, contemplando as dimensões objetivas e subjetivas, individuais e coletivas existentes nessa relação.

A divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. A mulher contemporânea é uma trabalhadora assalariada como os homens, inclusive inserindo-se em novos postos de trabalho (até mesmo aqueles que anteriormente eram reservados somente para os trabalhadores), repartindo a responsabilidade do sustento familiar ou mesmo sendo a provedora principal da família.

Por essa razão a divisão sexual do trabalho não deveria contemplar uma relação menos desigual? A partir desta indagação desenvolvemos resumidamente nosso texto sobre o espaço do trabalho do telemarketing. Cabe ressaltar, que esse segmento não foi escolhido aleatoriamente; pelo contrário, definimos o setor de teleatendimento por ser esta uma profissão assalariada predominantemente feminina e em franco processo de expansão dentro do capitalismo contemporâneo. Desta forma, esse espaço se torna favorável para o desenvolvimento do estudo acerca da

existência ou da inexistência de uma divisão sexual mais igualitária do trabalho na sociedade capitalista.

Em 1997, existiam cerca de 151.000 trabalhadores no segmento de telemarketing. Em 2004 esse número subiu para 525.000 sendo esperado que este ano se encerre com 555.000 pessoas empregadas no setor, o que confirma, de acordo com as pesquisas, que esse segmento é uma das principais portas de entrada da jovem trabalhadora no mercado de trabalho. A utilização do gênero feminino na frase acima não é um mero acaso já que no setor de call center, aproximadamente 70% da força de trabalho existente é feminina e 45% é constituída de jovens entre 18 e 25 anos, sendo que os salários variam de R\$ 400,00 a R\$ 1.200,00 (nos casos de PÁS – posições de atendimento – bilíngües), para uma jornada de trabalho de 6 horas diárias e 6 dias por semana, tendo uma folga intercalada no final de semana – ora sábado, ora domingo. (<http://www.abt.org.br>).

No mundo produtivo contemporâneo um dos setores que mais absorve a força de trabalho feminina é o de serviços. Setor esse que permite evidenciar que a força de trabalho feminina tem como característica a atribuição de tarefas monótonas, repetitivas e estressantes, de trabalho part-time, como é o caso do ramo de telemarketing. A rotina das tele operadoras é exaustiva e pesada. As ações são repetitivas e submetidas a um rigoroso controle por parte da empresa, o que pode gerar, muitas vezes, problemas de ordem física e psicológica. Um dos relatos mais constantes sobre a saúde das trabalhadoras são as lesões musculares causadas pelo trabalho repetitivo e pelo pouco tempo de descanso. No que tange à saúde mental das trabalhadoras de telemarketing, muitos são os diagnósticos de transtornos relacionados com essa atividade, por exemplo, alcoolismo, depressões relacionadas com o trabalho, estresse, neurastenia, fadiga, neurose profissional etc.

Esse é um exemplo explícito de que os empregos mais precários estão reservados, em grande medida, para as mulheres. O que pode nos levar a afirmar que essa situação ocorre porque as relações de trabalho se encontram ainda diretamente vinculadas às relações de poder presentes na histórica afirmação que o trabalho feminino tem menos valor que o masculino em virtude de suas especificidades “naturais” de mãe e esposa. Por isso, a luta por uma divisão sexual do trabalho mais igualitária tem que contemplar o combate da opressão masculina sobre a feminina, como também, ter, impreterivelmente, o objetivo da superação da relação capital/trabalho.

### **2.3 Inserção e lutas das mulheres na cadeia produtiva do babaçu no Maranhão**

O extrativismo do babaçu é uma prática secular utilizada pelos índios, depois os colonos e escravos e que se amplia atualmente com a cadeia produtiva abrangendo desde a coleta, produção do azeite, óleo, sabonetes, carvão vegetal, mesocarpo e outros derivados suprindo o mercado brasileiro e expandindo-se internacionalmente. A cadeia produtiva abrange cerca de 500 mil famílias na Amazônia e pré-Amazônia, sendo 300.000 do Maranhão, sobressaindo-se o trabalho das mulheres na economia familiar e regional.

Historicamente, são as mulheres que trabalham na coleta, extração, beneficiamento, comercialização dos produtos do babaçu. Esta divisão do trabalho parece ter surgido de forma espontânea cabendo aos homens as atividades nas roças e cuidado com os animais e às mulheres a coleta, quebra do babaçu, produção do carvão a partir das cascas, fabricação do óleo e outras formas de aproveitamento.

Para desenvolver estas atividades as mulheres têm enfrentado diversos problemas, dentre eles, conflitos com os proprietários das terras, que antes da organização das trabalhadoras cobravam o foro que correspondia a uma parcela da produção agrícola obtida na terra, outros impunham aos ocupantes da terra o monopólio na compra das amêndoas e sobre a venda de produtos como gêneros de consumo, ferramentas, etc. nos entrepostos ou bodegas em condições desfavoráveis para as quebradeiras. Esta atividade ficava condicionada ao trabalho de “quebra de meia”, na condição da produção ser repassada ao proprietário das terras configurando-se o controle e a exploração das mulheres. As fábricas de produção de óleo e de sabão contribuem também para a existência dos atravessadores que adquirem as amêndoas por um preço irrisório. Muitos pecuaristas recorrem a medidas radicais como a erradicação das palmeiras para evitar conflitos sobre a posse da terra.

Com o agravamento da situação fundiária no Maranhão e, na década de 1960, com a política de concessões de incentivos do governo federal para a ocupação da região amazônica, principalmente por meio de grandes fazendas de gado, iniciou o crescente bloqueio do acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais. Outros fatores vão concorrer para a devastação dos babaçuais como a

expansão agrícola, os projetos pecuários visando à implantação das pastagens e, por conseguinte, a abertura e pavimentação de estradas valorizando as propriedades. Ameaças de extinção das palmeiras são concretizadas pelos grandes projetos agrícolas e florestais voltados para a produção de cana de açúcar, papel, celulose e carvão atingido não só o Maranhão, mas também os estados do Piauí, Pará e Tocantins.

O reconhecimento das mulheres se dá especialmente a partir de sua organização como Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) que surge após intensa mobilização e luta pela garantia do acesso à exploração dos recursos naturais nas áreas dos babaçuais nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. O MIQCB reivindica a participação no controle dos recursos naturais, a exploração de forma sustentável contra a devastação e a favor da preservação. Desta forma a constituição desses novos sujeitos políticos amplia a arena do conflito social envolvendo o Estado e atraindo a atenção e apoio popular e político.

O movimento toma conta das cidades, cria novos espaços de organização, garante a representação das mulheres nos sindicatos, lidera a criação de cooperativas e associações e, no parlamento maranhense luta pela regulamentação da Lei do Babaçu Livre em todos os municípios e demais estados envolvidos. O enfrentamento político inclui ações sobre os governos nas diversas instâncias, parcerias com órgãos governamentais e não governamentais e através da inserção das mulheres no parlamento municipal, como exemplifica o caso de Lago do Junco, onde o movimento conta com uma vereadora que elaborou o projeto de lei da babaçu livre, seguido de Penalva na Baixada maranhense onde o movimento elegeu outra vereadora.

Os movimentos sociais se constituem elementos fundamentais na compreensão dos processos sociais, políticos e econômicos e na confirmação dos espaços democráticos no Brasil especialmente a partir dos anos 1970. Esse protagonismo alcança o seu ponto alto nas últimas décadas do século XX quanto há o resgate de valores intrínsecos das relações pessoais, solidariedade humana e de aspirações culturais e políticas. A questão da solidariedade é ressaltada como um projeto político expressando-se nas formas de organização dos movimentos a nível local, nacional e internacional.

Como organização não governamental o MIQCB passa a exercer um papel preponderante como mediadora em instâncias de gestão das políticas públicas, na captação de recursos e na tarefa de mobilizar a sociedade em torno de problemas e temáticas importantes relacionadas às suas demandas e interesses. Estas organizações estão presentes junto aos movimentos sociais que assumem como objetivo a luta por transformação das formas de produção, distribuição dos serviços e da riqueza social; das causas ecológicas e políticas; propõem alternativas de desenvolvimento; fiscalizam o governo, exercendo o controle sobre os gastos públicos; denunciam práticas de tortura e de escravidão em pleno século XXI; desenvolvem projetos voltados para a defesa e garantia de direitos; contribuem, enfim, para desideologizar os discursos e práticas que constroem a subalternidade dos trabalhadores e das classes sociais mais vulneráveis sob o capitalismo.

As mulheres conseguem imprimir sua marca, impondo sua presença e se fazendo respeitar nas principais decisões. De acordo com uma trabalhadora entrevistada:

Quando foram criadas as associações, as trabalhadoras não tinham acesso às pessoas [...] as mulheres começaram a discutir a intervir, a ver qual o seu papel, que a gente também tinha valor, não era só pra criar filho [...] foi criado um grupo de estudos e fomos vendo que não tinha babaçu só no Maranhão, tem no Pará, Piauí e Tocantins [...] pensamos, vamos criar uma associação [...] várias mulheres se deslocaram para outros estados e aconteceu o 1º Encontro de Mulheres Quebradeiras de Coco e foi criado o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), pra nós continua sendo movimento, pois hoje é conhecido nacional e internacionalmente [...] (Informação verbal).

Ao transcenderem seu cotidiano doméstico as mulheres ressurgem como múltiplas e reivindicativas, ganhando mais importância social e política, criando e recriando formas de identidade e de solidariedades, reivindicando espaço próprio, participando das Comissões de Trabalho e, finalmente, integrando os sindicatos, associações e cooperativas em relação de igualdade com os homens.

As práticas criadas e recriadas pelo movimento desse coletivo de mulheres que, há muito labutam na terra, na colheita e quebra do babaçu, lutando pelo seu reconhecimento como trabalhadoras, demonstram que elas conquistaram o direito à sindicalização e à posse e título da terra, a competência na gestão das cooperativas, mostrando sua expressividade como sujeitos sociais nos espaços

constituídos das cooperativas, sindicatos, associações e demais espaços públicos onde assumem com orgulho sua identidade.

Tais experiências têm revelado aspectos positivos como a construção de identidade e de maior autonomia das mulheres e entre mulheres e a construção de espaços de sociabilidade e novas práticas coletivas. De acordo com as falas das mulheres conclui-se que o trabalho é a atividade de transformação do real pelo qual elas constroem, concomitantemente, a si mesmas como sujeitos históricos e a realidade da qual participam.

#### **2.4 O trabalho das mulheres nas cooperativas e associações na região metropolitana de Belém – Pará**

O levantamento empírico realizado junto aos membros da direção de 08 (oito) cooperativas<sup>5</sup> de produção localizada na Região Metropolitana de Belém, cuja maioria dos cooperados é formada por mulheres, evidencia que as mesmas ingressaram no trabalho associativista devido à dificuldade de inserirem no mercado formal de trabalho. O referido levantamento foi realizado no ano de 2006 e teve 71 informantes membros dessas cooperativas e associações de produção. Aos dados obtidos nesse levantamento somaram-se outras que se encontravam no mencionado programa de extensão.

As informações obtidas apontaram que essas mulheres passaram a se inserir no trabalho associativista (cooperativas e associações de produção) devido os seguintes motivos: geração/melhoria de renda (25%), oportunidade de inserção ao trabalho (20%), oportunidade de qualificação profissional (20%) e apoio do grupo através da realização do trabalho coletivo (35%). Constata-se assim, que a maioria das informantes ingressarem nessa forma de trabalho devido ao apoio que o grupo proporciona às mesmas. Este fato pode ser entendido se considerarmos que 45% das informantes decidiram ingressar no trabalho associativista visando à obtenção e melhoria de renda. Isto significa dizer que a falta do trabalho provoca um estado de

---

<sup>5</sup> Este artigo tem como base a análise dos dados obtidos no levantamento empírico realizado por professores, técnicos e bolsistas do curso de economia e serviço social integrantes da equipe de trabalho do Programa de Extensão Universitária “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários”- Rede UNITRABALHO/UFGA-Belém-Pa. nas Cooperativas e Associações de produção que são apoiadas tecnicamente pelo mencionado programa, a saber: Bombons Maguary, Associação Cerâmica Chicano, ASCOOP, COOPSEG-Cooperativa de Serviços Gerais, Associação Brilho e Luz, Grupo Revelação, ParamazonCoop e Cooperativa de Águas Lindas-COOPMALINDAS.

vulnerabilidade social das pessoas, pois muitas delas revelaram que antes da inserção nessa forma de trabalho, elas encontravam-se sem perspectiva de vida.

Esta afirmativa adquire maior significado se atentarmos para o fato de que 36% das pesquisadas não exerciam nenhuma atividade remunerada. Contudo, 64% já haviam ingressado no mercado de trabalho antes de ingressar no trabalho em cooperativas, porém as atividades por eles desenvolvidas eram aquelas que não exigiam um maior nível de escolaridade, a saber: faxineira, camareira de hotel, doméstica, promotora de vendas, confecção de bombons, vendedora ambulante, comerciante, jardineira de cemitério, cabeleireira, etc.

Importa mencionar que o nível de escolaridade da maioria das pesquisadas situa-se entre o ensino fundamental Incompleto e a minoria no ensino superior incompleto. As mulheres afirmaram que a renda obtida com o trabalho realizado nas cooperativas contribui para a renda da família, embora, em sua maioria (40%) não sejam provedoras do lar; 30 (%) dentre mantêm a família apenas com a renda obtida no trabalho cooperativado.

Tal afirmativa aponta que o trabalho exercido nas mencionadas cooperativas permite a satisfação de várias necessidades das pesquisadas, que extrapolam aquelas da sobrevivência, pois a renda obtida com a forma de trabalho em cooperativas não é utilizada no orçamento de suas famílias. Além disso, esse trabalho possibilita também a luta coletiva, principalmente as relacionadas às dificuldades encontradas na realização do referido trabalho, tais como: melhor infraestrutura, falta de capital de giro para ampliar o investimento, melhor capacitação dos membros cooperados, conflitos nas relações de trabalho, condições de trabalho precárias comprometendo a saúde das mulheres membros dessas cooperativas, etc.

O trabalho associativista para as mulheres se constitui numa oportunidade de ré-inserção ao trabalho, visto que, a maioria ao ingressar nesse trabalho encontrava-se desempregada, seja pela redução do quadro de pessoal das empresas, seja pelo término do contrato de trabalho, seja principalmente pela falta de oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. Este fato pode indicar que a inserção dessas mulheres-trabalhadoras no trabalho associativista possui uma relação direta com as transformações no mundo trabalho decorrente da nova organização capitalista do trabalho que é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização (liberdade da empresa despedir uma parte de seus empregados, sem penalidades quando a produção e as vendas diminuem

(VASAPOLLO, 2005) e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados.

Embora, o trabalho associativista não se constitua uma forma de acesso aos direitos de cidadania (saúde, moradia, etc.), pois a renda gerada por essa forma de trabalho ainda não é suficiente para custear as necessidades básicas dos mesmos, o mesmo tem possibilitado uma melhor capacitação para o trabalho que desenvolvem nas cooperativas, associações e grupos de produção, o que significar um caminho para a emancipação pelo trabalho.

Essa nova forma de trabalho expressa as contradições postas pela relação capital x trabalho existentes no Estado do Pará à medida que este se constitui o maior em população da região Amazônica e possui o maior Produto Interno Bruto – PIB, o segundo maior território e a mais diversificada pauta de recursos e de produtos econômicos, porém apresenta a maior concentração de renda. Era o 10º em concentração da riqueza em 1991; 10% dos mais ricos detinham 51% da riqueza estadual. Tornou-se pior em 2000: esses mesmos 10% já incorporavam 54,7% da renda do Estado. Os 20% mais pobres, que só tinham acesso a 7,6% da renda total em 1991, no ano de 2000 ficaram tão-somente 1,5% - o estado passou do 8º para o 7º lugar entre os de maior pobreza em 2000 (IDH/PNUD/2000). Atualmente apresenta 143 municípios, vários deles imensos, sendo uma grande parcela acessível somente por via fluvial.

As regiões que agregam os municípios são marcadas por particularidades geofísicas, culturais, sócio-econômicas e populacionais, as quais têm estimulado os investimentos em empreendimentos econômicos voltados para a extração mineral e agropastoris, como pode ser constatado no Estado do Pará através dos Projetos Tucuruí, Grande Carajás, Albras/Alunorte, dentre outros. Estes projetos estão centrados em altas tecnologias distanciadas das condições da realidade amazônica, como se sabe, a instituição do trabalho livre no Brasil acompanhou o desenvolvimento industrial, impulsionado pelas exigências externas, e também, pelas aspirações da elite política brasileira, expressas nos pactos firmados com os representantes da nascente da burguesia industrial, cujas raízes encontram-se nas oligarquias agrárias da cana de açúcar e nos latifúndios do café.

Na Amazônia o trabalho assalariado nunca teve uma expressão significativa, pois é somente com a implantação dos grandes projetos na Amazônia, gerados no contexto da Ditadura Militar, que se vêem formas de assalariamento.

Assim, o modelo de desenvolvimento regional imposto para a Amazônia tem resultado no aumento da concentração de renda e no processo de urbanização das cidades, devido à migração de certos segmentos populacionais do interior do Estado do Pará. Esta situação tem conduzindo a proletarização destes segmentos que passam a viver em assentamentos informais, particularmente em bairros periféricos e favelas da cidade, gerando a segregação sócio-espacial. Dessa forma, impedidos de ingressarem no mercado de trabalho formal por razões históricas e estruturais, esses segmentos populacionais, sobretudo as mulheres, constroem estratégias de sobrevivência vinculadas à geração de trabalho e renda, a exemplo, o trabalho cooperativado.

### **3 CONCLUSÃO**

É inevitável constatar que o panorama é extremamente complexo e heteróclito quando se leva em consideração as diferenças ligadas ao gênero, à qualificação e à divisão internacional do trabalho: as teses de alcance universal, tais como aquelas dos “novos paradigmas” ou dos “novos modelos de produção”, são, assim, obrigatoriamente questionadas à luz das pesquisas empíricas que introduzem essas diferenciações.

Muitas profissões são tratadas como ocupações subordinadas, pela baixa qualificação exigida, pelos baixos salários, pelas jornadas parciais e por sua feminização, como é o caso do segmento do telemarketing. Portanto, a divisão sexual do trabalho não contempla nenhuma neutralidade. O capital, por sua vez, não ignorou essa realidade ao longo da história e até hoje vem reforçando a dominação e subordinação entre os sexos. A hierarquização confirmada pela composição das relações de poder presentes na família patriarcal e a subordinação feminina continuam contribuindo satisfatoriamente ao capital.

Analisando-se o universo do campo verifica-se que as práticas criadas e recriadas pelo coletivo de mulheres quebradeiras de coco no Maranhão, que labutam na terra, na colheita e quebra do babaçu demonstram que elas conquistaram o direito à sindicalização e à posse e título da terra, a competência na gestão das cooperativas, mostrando sua expressividade como sujeitos sociais nos espaços constituídos das cooperativas, sindicatos, associações e demais espaços públicos onde assumem com orgulho sua identidade. Tais experiências têm revelado

aspectos positivos como a construção da identidade e de maior autonomia das mulheres e entre mulheres e a construção de espaços de sociabilidade e novas práticas coletivas.

Os dados obtidos sobre o trabalho das mulheres nas cooperativas e associações na região metropolitana de Belém no Pará revelaram que essa forma de trabalho para as mulheres exerce uma função para além das necessidades imediatas, na medida em que possibilita o exercício da luta coletiva, da democracia e a criação de novas relações entre o Estado e sociedade civil, condição esta fundamental para alterar o modelo de desenvolvimento regional que, ao longo da história tem agravado ainda mais a situação de pobreza e de exclusão social da maioria da população.

Finalmente, as mulheres introduziram no terreno das relações sociais no campo e na cidade uma visão complexa e heterogênea trazendo questões novas como a discriminação no trabalho, de gênero e etnia, sexualidade, reprodução, trabalho doméstico, papéis sexuais na família, cotidiano, e a questão da identidade, dentre outras. Coletivos de mulheres levam para o espaço rígido da luta sindical e corporativa as questões do mundo privado e da subjetividade, transformam estes temas em questões políticas, subvertem a concepção fragmentada do público e do privado, onde o Estado e o interesse geral estão submetidos a particularismos de grupos enraizados nas estruturas de dominação sob relações patrimoniais e clientelistas.

## **I WORK, CLASS THE QUESTION OF THE DEVELOPMENT**

### **ABSTRACT**

Reflections and contributions of the authors in relation are detached in this text the research carried through and in progress on the analysis of the work and the social and sexual division of the work face to the processes of productive reorganization, unchained in the last few decades of XX century and that they multiply in the current conjuncture, with serious consequences for the diligent classroom under the capitalism, being distinguished it situation and insertion of the women in the world of the work.

Keywords: Work, Gender, Development.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** Tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LIMA, Terezinha M. A economia solidária face aos processos de reestruturação produtiva e de desenvolvimento regional. In: LIMA, Terezinha M. (Org.). **Desenvolvimento, Poder e Cultura Política.** São Luís: UEMA, 2006.

MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política). Livro 1. O Processo de produção capitalista.** Tradução de Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital. Rumo a uma teoria da transição.** Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da UNICAMP, Boitempo Editorial, 2002.

NOGUEIRA, Claudia M. **A Feminização no Mundo do Trabalho.** Campinas. SP: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Trabalho Duplicado.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.